

## RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA UGT

### PRR - PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA:

**AO SERVIÇO DA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA, DO EMPREGO E DOS TRABALHADORES  
COM O ENVOLVIMENTO, A SÉRIO, DOS PARCEIROS SOCIAIS**

Depois de uma versão provisória apresentada em Outubro e de negociações com a Comissão Europeia, o Governo vem colocar à discussão pública uma nova versão preliminar da síntese do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), tendo em vista definir um programa de investimentos e reformas de curto e médio prazo que responda aos impactos da pandemia e que assegure a recuperação e a resiliência da sociedade e da economia.

A UGT saúda a decisão do Governo de submeter esta nova versão do PRR a consulta pública, ainda que o período para esta seja demasiado curto, mais curto inclusivamente que o inicialmente referido pelo Primeiro-Ministro.

A UGT espera que a urgência do Governo para submeter o Plano a Bruxelas não resulte em prejuízo de uma efectiva participação dos parceiros sociais e da sociedade civil, e que o documento final incorpore os contributos e resultados desta consulta, garantindo o desenho e a implementação de uma estratégia mais equilibrada e coesa, que todos sintam como sua.

A UGT regista que esta nova versão apresenta algumas evoluções face à versão inicial, nomeadamente sustentadas na introdução e/ ou reforço em algumas áreas importantes (como no caso da Saúde), uma maior concretização da política de investimentos e dos seus objectivos, e numa análise mais detalhada sobre a articulação entre os vários instrumentos financeiros (como o QFP) e as várias agendas de desenvolvimento europeias em curso.

É positivo que o documento procure – ainda que nem sempre com sucesso - evidenciar a coerência entre elas e a forma como devem contribuir para o desenvolvimento futuro.

**A UGT salienta que se revê em muitas das prioridades enunciadas e nas áreas, investimentos e projectos do Plano, tais como:**

- **A melhoria das qualificações dos trabalhadores,**
- **A gestão das reconversões industriais,**
- **A habitação,**
- **E um conjunto de outras respostas sociais (como as dirigidas à infância e velhice).**

Contudo, este documento parece de alguma forma esquecer que Portugal tem fragilidades e bloqueios estruturais de longa data, em muitas áreas, os quais a pandemia apenas veio agravar e/ou tornar mais visíveis, e mantém traços de desequilíbrios, quando analisado do ponto de vista de estratégia de resposta aos efeitos da pandemia. **Assim, entendemos que é preciso ir mais longe nalgumas áreas, por exemplo:**

- A valorização dos rendimentos dos portugueses,
- O emprego de qualidade para todos,
- A educação digital para todos,
- Um efectivo e generalizado combate à pobreza e às desigualdades,
- Uma Administração Pública dotada de recursos humanos e condições em geral suficientes para que possa cumprir as funções essenciais do Estado,

são desafios de médio e longo prazo, mas são igualmente questões urgentes que condicionam o bem-estar das pessoas e a recuperação económica, não podendo, por isso, continuar a ser adiadas.

De igual modo, a UGT deve destacar a necessidade de instrumentos mais robustos e transversais em resposta aos desafios da valorização do interior do território, de modo a dar passos determinantes para uma efectiva coesão social e territorial.

Questões como os incentivos à criação de empregos e empresas, a disponibilização de serviços públicos de qualidade a todos acessíveis, uma adequada rede de transportes que permita a mobilidade dos trabalhadores e ainda a promoção de um quadro fiscal que incentive a atractividade e retenção de pessoas/empresas para regiões mais fragilizadas são matérias que devem merecer especial atenção no quadro deste PRR.

**Este Plano deveria estar bastante mais focado nas pessoas, mesmo que tal implique deixar alguns projectos/ tipologias para momentos futuros e para outros tipos de financiamento.**

Reiteramos assim que importa não deixar para trás desafios ainda não ultrapassados, fazer as reformas (em sentido amplo) necessárias, e **não ceder à tentação de usar recursos nas áreas em que é mais fácil justificar despesa do que naquelas onde há reais necessidades**, devendo ser respeitado o princípio da adicionalidade.

Devemos construir uma estratégia que, integrando respostas e medidas mais imediatas e de emergência, possa ainda assim criar igualmente condições para fazer face a desafios de mais longo prazo, promovendo um crescimento económico mais forte e mais inclusivo.

**O PRR encontra-se organizado em torno de três dimensões estruturantes estabelecidas pela Comissão Europeia - a transição energética, a transição digital e a resiliência, com um envelope financeiro de 13,9 milhões de euros em subvenções e de 2,7 mil milhões em empréstimos.**

O PRR assenta em 19 Componentes que pretendem dar concretização às três dimensões em causa, prevendo que 47% das verbas tenham como fim a sustentabilidade ambiental, enquanto 38% visam a transformação digital, acima dos requisitos de Bruxelas (37% e 20% respectivamente).

**Estes dados, sendo impactantes, não deixam de suscitar alguma apreensão.**

**Desde logo, e sobretudo, quanto às reais relevância e peso atribuídos à dimensão social desta estratégia, sabendo que as respostas sociais se encontram maioritariamente na dimensão da resiliência.**

Depois, porque nos parece que muitos dos objectivos estruturais para um País como o nosso poderão vir a ser secundarizados face às novas prioridades de investimento da UE, nas quais todos os Estados-membros são objecto de idêntico tratamento.

E tal opção poderá revelar-se tão mais desadequada quanto mais ambiciosos formos a cumprir ou a exceder as metas da UE.

**A UGT deve ainda referir que considera que a opção do Governo Português de aceder a financiamento europeu por via apenas de subvenções, sendo conservadora, poderá revelar-se adequada face aos receios de uma eventual e indesejável mudança de políticas (*contracíclicas vs. austeridade*), à semelhança do que se verificou na anterior crise.**

### **Valorização dos rendimentos**

A UGT relembra que um dos vectores da Visão Estratégica apresentada pelo Prof. António Costa Silva era a **rejeição de um modelo económico de baixos salários**, que tem constituído a lógica empresarial do nosso País. Porém, **alterar esse modelo exige medidas e respostas concretas que não se vislumbram neste documento.**

**Entendemos que este seria o momento para não continuar a adiar a discussão e uma intervenção sobre:**

- **A valorização e melhoria dos rendimentos do trabalho;**
- **A valorização das qualificações;**
- **A promoção da justiça fiscal e do desagravamento da tributação sobre o trabalho, avançando para um sistema fiscal adequado aos desafios económicos e sociais;**
- **A dinamização da negociação colectiva.**

**O reforço dos rendimentos do trabalho e uma mais justa distribuição da riqueza** são não apenas essenciais para o nosso modelo de desenvolvimento e o bem-estar das pessoas, mas para garantir uma das bases fundamentais para sair da crise, o reforço do consumo interno e confiança.

### **Aposta no emprego de qualidade e nas qualificações**

Os desafios ambientais, energéticos e da globalização, bem como os impactos da recente crise pandémica, acentuaram a necessidade de avançarmos, decisivamente, para um mercado de trabalho com mais e melhores empregos, com empregos permanentes e com melhores qualificações para todos os trabalhadores.

A elevada precariedade do nosso mercado de trabalho tem não só consequências negativas nas condições de vida dos trabalhadores, como condicionam, e travam, a recuperação económica, o consumo, o investimento e a própria inovação, podendo comprometer uma estratégia de crescimento como a que é desenhada neste Plano.

### **Esta matéria deve ser claramente reforçada neste PRR.**

Registamos positivamente a inclusão da referência à Agenda do Trabalho Digno, muito embora sejam insuficientes as medidas e projectos que a concretizam.

**A UGT saúda que o documento reconheça o papel dos Parceiros Sociais**, mas não chega remeter estas questões para a concertação social, quando o Estado tem também responsabilidades específicas nesta matéria.

As políticas activas de emprego têm um papel importante nesta fase crítica em que nos encontramos, devendo também elas serem um instrumento para a promoção de emprego de qualidade e estabilidade de vínculos laborais. Nesse sentido, afigura-se-nos importante o enfoque dado à promoção de emprego estável nas políticas de criação de emprego, ainda que com um valor do Investimento aquém do necessário, atendendo à real situação do mercado de trabalho.

**Alertamos ainda para a necessidade de reforçar as PAE dirigidas a grupos especialmente atingidos pela crise e pelo desemprego, como os jovens, as mulheres, os trabalhadores menos qualificados e os migrantes.**

**Alerta-se ainda para a necessidade de assegurar um maior envolvimento dos parceiros sociais, nomeadamente os sindicais**, como actores inultrapassáveis no desenho das políticas de formação profissional e das políticas activas do mercado de trabalho.

Ainda em matéria de qualificação dos trabalhadores, consideramos que este seria o momento para estimular também os trabalhadores para a formação (não apenas as empresas), **nomeadamente por via dos cheques-formação para trabalhadores.**

**Construir um sistema de protecção social mais inclusivo e justo.**

**Combate à pobreza e desigualdades**

Saudamos a inclusão de um conjunto de intervenções e respostas sociais, integradas essencialmente na dimensão resiliência, em áreas importantes como a Saúde, a Habitação, o envelhecimento activo ou ainda o combate à pobreza.

Contudo, também nesta matéria, entendemos que o PRR deve ir mais além no que concerne à construção de um sistema de **protecção social inclusivo, que não deixe ninguém para trás.**

A crise veio colocar em evidência as nossas fragilidades em termos de respostas sociais e a necessidade de construir soluções imediatas e transitórias. Mas tais fragilidades convocam o País a daí retirar as devidas ilações, quanto à necessidade de criarmos um sistema permanente e sustentável que disponha de instrumentos sociais para os trabalhadores, famílias e empresas em futuros momentos de choques económicos e sociais.

**No que concerne a um domínio importante contemplado neste PRR – o combate à pobreza – não nos parece aceitável que, num quadro em que se agravam as taxas de risco de pobreza para os pensionistas, esta questão não seja equacionada no documento.**

Também não compreendemos **que a única intervenção específica de combate se oriente para a pobreza das áreas metropolitanas, quando são bem conhecidas as situações de pobreza em regiões do interior do País.**

A UGT não pode deixar de salientar que o agravamento das situações de pobreza é já bem visível no quadro desta crise e das opções de política, assumidas pelo Governo, que passaram, por regra, pela redução dos rendimentos dos trabalhadores e cujos impactos serão tao mais graves quanto maior for a duração da crise. **Assim, o combate à pobreza – enquanto**

**estratégia transversal e inclusiva – tem de avançar, desde já, com intervenções fortes e com recursos adequados.**

### **Modernizar, reforçar e rejuvenescer a Administração Pública**

Esta crise veio demonstrar, uma vez mais, a importância do Estado e dos serviços públicos nas respostas imediatas e extraordinárias à crise de saúde pública e à mitigação dos seus impactos económicos e sociais.

**O PRR elege como uma das suas componentes a melhoria da Administração Pública**, visando melhorar as suas qualidade, resiliência e abrangência, aproximar a AP dos cidadãos e das empresas e criar condições mais propícias ao funcionamento da economia, prevendo um conjunto de projectos e de iniciativas, em áreas como a justiça, a digitalização da AP, a educação e a saúde, a qualificação dos trabalhadores, entre outras.

**Partilhamos, na generalidade, os objectivos enunciados pelo Governo, mas consideramos que os instrumentos e investimentos enunciados nesta fase ficam aquém do necessário em termos de domínios de intervenção e de recursos financeiros.**

A intervenção sobre algumas matérias estruturantes encontra-se ainda marcada por uma abordagem redutora (por vezes, ideológica) dos constrangimentos existentes. Veja-se, a título de exemplo, a centralidade dada à justiça económica e a secundarização de áreas como a justiça do trabalho, igualmente condicionadora da vida empresarial e das famílias. A eficácia e a eficiência do nosso sistema judicial não se esgota, e não pode esgotar-se, na justiça económica e para as empresas.

Essa é uma visão que a Comissão Europeia vem assumindo no quadro do Semestre Europeu, mas que não aceitamos que o Governo português aceite, subscreva ou sequer corrobore, expressa ou tacitamente.

Outro exemplo, a área da Saúde, relativamente à qual se verifica uma evolução face ao conhecido na versão provisória – a concretizar-se uma política de investimentos no SNS, ao integrar áreas especialmente críticas como a Saúde mental e os Cuidados Paliativos - mas onde a falta de ambição é visível, não só em termos financeiros, mas também no que concerne à intervenção em áreas estratégicas para o futuro, como a Inovação, a Saúde Pública (área cujas vulnerabilidades se encontram bem patentes com esta pandemia) ou a recuperação das listas de espera.

**A UGT assinala ainda, com preocupação, a ausência de uma política estratégica e plurianual para os recursos humanos Não é suficiente criar infraestruturas; é urgente qualificar, recrutar e reforçar a capacidade de reter e atrair os melhores.**

A estratégia para os recursos humanos na Administração Pública é um elemento estruturante de uma qualquer política de desenvolvimento e ainda mais de uma estratégia de recuperação e resiliência, sendo uma dimensão praticamente ignorada neste PRR. Questões como as carreiras profissionais, o recrutamento, os salários e condições de trabalho são determinantes para garantir uma verdadeira resiliência a crises futuras, para responder aos desafios digitais e ambientais e para alavancar o desenvolvimento económico e social do País.

Duas notas finais de carácter transversal:

### **1. Diálogo social e a participação dos parceiros sociais**

O envolvimento e a participação dos parceiros sociais em todas as fases do processo (elaboração, implementação, acompanhamento de execução e avaliação dos resultados) e em todos os níveis de intervenção sindical (central, regional, local e sectorial), afiguram-se-nos essencial, **devendo a UGT registar que, até ao momento, o Governo envolveu pouco os parceiros sociais na fase de preparação.**

A UGT não deixará de dar o seu contributo no quadro da consulta pública em curso, **mas insta o Governo igualmente a concretizar a criação de um Grupo de Trabalho em sede de CPCS para aprofundar a preparação do PRR e do Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027),** conforme compromisso assumido em anterior reunião de concertação social.

Por outro lado, o Governo integra no documento um modelo de governação, prevendo que a participação dos parceiros sociais decorra por via da Comissão Nacional de Acompanhamento.

**Esta solução suscita-nos algumas reservas.**

Desde logo, por se tratar de um órgão com muitos membros, o que potencia constrangimentos ao trabalho de acompanhamento e avaliação da execução do PRR, um pouco à semelhança do que acontece com as Comissões de Acompanhamento dos Programas Operacionais.

**Por outro lado, porque neste modelo de governação proposto, não há referência ao papel específico dos parceiros sociais *(relembramos que são 6 os parceiros sociais com assento na CPCS em Portugal)*.**

E aqui devemos alertar que a própria Comissão Europeia, não tendo imposto uma regra obrigatória de consulta no quadro do PRR, como defendido pela CES - Confederação Europeia de Sindicatos - exige porém que os Governos reportem os procedimentos de consulta realizados junto dos parceiros sociais, conferindo-lhes assim um papel especialmente relevante no processo.

**O diálogo social, nos seus diferentes níveis, é um elemento transversal e estruturante que não pode ser negligenciado pelo Governo português. A resposta ao “ raro repto “ da Comissão europeia por parte do Governo não pode ser formal ou diluidora da relevância do papel dos parceiros sociais na sociedade portuguesa**

### **2. Os condicionalismos da Comissão Europeia para o acesso ao mecanismo de recuperação e resiliência e aos Fundos Comunitários**

A UGT acompanhou as dificuldades de obtenção de um acordo sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência no quadro do Conselho Europeu, o qual só foi alcançado mantendo-se um conjunto de condicionalismos macroeconómicos na utilização dos recursos comunitários, com implicações nas opções estratégicas e de investimento assumidos pelos Governos.

**Conforme já referimos, é essencial que estas condicionalidades não signifiquem, agora ou no futuro, uma pressão para o regresso a políticas de austeridade e venham limitar o acesso a fundos europeus, penalizando especialmente os Estados membros mais vulneráveis.**

**Nesse quadro, a UGT reitera o seu apoio ao Governo português quanto à necessária prudência na utilização dos empréstimos.**

Mas devemos ir mais longe e, nesse sentido, a UGT insta o Governo a desenvolver, desde já, todos os esforços para que, ao nível comunitário, seja assegurada uma governação económica mais justa e adequada aos desafios da UE e à situação de cada um dos seus Estados-membros.

O regulamento relativo ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência publicado em janeiro, não obstante manter as condicionantes macroeconómicas e não sendo tão ambicioso quanto o movimento sindical desejava e os trabalhadores e cidadãos precisariam, registou melhorias em termos sociais, com introdução de referências, por exemplo, ao Pilar Europeu dos Direitos Sociais, à Igualdade de Oportunidades e à Igualdade entre homens e mulheres e ainda em termos ambientais. Não foi porém possível chegar a consenso quanto à introdução de uma “condicionalidade social” (garantia de justiça social e de adequadas condições de trabalho)” defendida pelos sindicatos.

**Ainda assim, a UGT apela ao Governo para que o PRR possa assegurar, como regra geral e sempre que possível, aquela condicionalidade social, nos investimentos e programas a realizar, começando a trilhar caminho para que esta seja também uma realidade nos fundos comunitários.**

**O Secretariado Nacional da UGT, reunido em Lisboa, no dia 26 de Fevereiro de 2021, regista de forma positiva a consulta pública lançada pelo Governo sobre o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e insta a que, tal como o Governo determinou, como prioridade da sua Presidência da União Europeia, a implementação de uma AGENDA SOCIAL, vindo ao encontro das reivindicações da UGT e do movimento sindical europeu, que aplique no seu próprio País uma agenda Social, cujas preocupações a UGT elenca neste documento, como forma a dar respostas URGENTES E COERENTES às necessidades dos trabalhadores, das famílias e das empresas.**

**URGE preparar o desconfinamento gradual e prudente, repondo a economia a funcionar, MAS URGE, também, dar respostas sociais a quem recebe os seus salários e as suas pensões, valorizando os rendimentos e apoiando quem perdeu os seus empregos e quer regressar ao mercado de trabalho.**

**A UGT REIVINDICA AO GOVERNO UMA CLARA PRIORIDADE NA AGENDA SOCIAL INTERNA.**

**NINGUÉM PODE FICAR PARA TRÁS.**

**Aprovado por unanimidade e aclamação**

**O Secretariado Nacional**

**Lisboa, 26 de Fevereiro de 2021**